

A Imprensa na Revolução portuguesa: o caso do *Diário de Notícias* (1974-1975)

PEDRO MARQUES GOMES

Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL - pedromarquesgomes@gmail.com
Doutorando em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL).
Investigador do Instituto de História Contemporânea da mesma Universidade.

Resumo

Neste artigo, fazemos uma incursão pela Imprensa durante o processo revolucionário português (1974-1975), analisando em particular a realidade do diário de maior tiragem da época, o *Diário de Notícias*. Concluimos que este jornal, através do seu conteúdo e das polémicas em que se envolveu, contribuiu para acentuar a instabilidade vivida no país neste período.

Palavras-Chave

Controlo de Imprensa; Processo Revolucionário; *Diário de Notícias*.

Abstract

This article is about a foray into the Press during the Portuguese revolutionary process (1974-1975), giving importance to the reality of the largest circulation daily News, the *Diário de Notícias*. We conclude that this newspaper, through its content and the polemics in which it was involved at the time, has contributed to increase the instability of Portugal during this period.

Keywords

Press Control; Revolutionary Process; *Diário de Notícias*.

Artigo recebido em 04/08/2012
Aprovado em 06/11/2012

Após a revolução de 25 abril de 1974, os *media*, e particularmente a imprensa, assumiram elevada importância na luta que se travou pela definição da natureza do tipo de regime a implementar em Portugal. Por isso, vamos assistir a um período de grande atividade jornalística, fruto dos acontecimentos que se multiplicavam por todo o país e das diversas tomadas de posição dos centros de poder político-militares, mas também a intensas tentativas de controlo dos órgãos de comunicação social. Neste artigo, procuraremos analisar o que aconteceu no diário de maior circulação da época, o *Diário de Notícias (DN)*, tendo como base o panorama informativo, assim como a evolução política do país, ao longo do denominado Processo Revolucionário em Curso (PREC), entre 1974 e 1975.

O *Diário de Notícias*: da sua fundação até à revolução

Ao referir-se à Imprensa dos finais do Séc. XIX, Carla Baptista observa que “a maioria dos periódicos era leal a determinados grupos e líderes políticos, ao ponto das sedes dos jornais e respetivos jornalistas serem muitas vezes alvo de represálias violentas por parte dos opositores” (2012: 26), sendo uma das exceções a esta realidade precisamente o *Diário de Notícias*. Fundado em 1864, por Eduardo Coelho e Tomás Quintino Antunes, o *DN* procurou ser independente, tanto a nível político como financeiro, apostando para isso nos lucros dos anúncios publicados nas suas páginas e na venda direta dos jornais pelos ardinhas (que percorriam as ruas fazendo propaganda do seu conteúdo) como fontes de rendimento. Além disso, o *DN* inovou também no seu conteúdo:

Eliminando o artigo de fundo, que definia o posicionamento político de um jornal; não sustentando polémicas nem discutindo política; eliminando a linguagem quente e, por vezes, ofensiva, suscitada pelas paixões políticas, em favor de uma atitude neutral, cordata, urbana, contida e politicamente independente; procurando registar os acontecimentos factualmente e «com a possível verdade»; oferecendo, com concisão, informações e notícias sobre os quais todos podiam tecer opiniões, em vez de (raramente...) disponibilizar teorias e opiniões prontas a consumir (...) (Sousa, 2011: 66).

De igual forma, o aspeto e a dimensão do *DN* revestiram-se de um carácter inovador, tal como o seu baixo custo, em sintonia com o que acontecia na América, com

a *penny press* (Schudson, 1978). Outra importante característica a salientar sobre o *DN* daquela época relaciona-se com a publicação de folhetins literários de grande qualidade, da autoria de nomes como os de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão.

Muito embora os fundadores do *DN* tenham feito um esforço para afastá-lo de conotações políticas, é com uma imagem conotada com o regime que o jornal vai atravessar o longo período do Estado Novo (1926-1974), sendo nele publicadas uma série de célebres entrevistas feitas por António Ferro ao ditador português, Oliveira Salazar. Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, entrevistaria ainda Mussolini e Hitler para o jornal que tinha passado a ser dirigido por Augusto de Castro, uma destacada figura política do Estado Novo, mantendo-se à frente do periódico, com alguns interregnos, até 1971.

A partir daí – e até 1974 – o *DN* teria como diretor Fernando Fragoso, num momento de transformação no jornalismo português, em grande medida devido à multiplicidade de ideologias políticas que ganharam peso neste período, com os factos relacionados com o maio de 1968 e as revoltas estudantis. Por isso, apesar do controlo dos média não ter diminuído no decurso do consulado de Marcelo Caetano (que sucede a Salazar em 1968), do qual a continuação da censura (que passa a chamar-se exame prévio) é um dos aspetos mais evidentes, a verdade é que, neste período, as redações dos jornais vão sofrer algumas alterações, como o aumento do número de jornalistas e da presença de mulheres nas redações (Cabrera, 2006). Mais uma vez, o *DN*, já campeão de vendas entre os periódicos nacionais, afasta-se do paradigma dominante, na medida em que as suas “pesadas estruturas empresariais e históricas dependências editoriais relativamente ao poder político” o “resguardaram das transformações em curso”, contribuindo para “manter quase intocáveis antigas culturas redatoriais formalizadas e hierarquizadas, praticamente vedadas em relação a novas admissões” (Baptista, 2012: 222).

À frente do *DN* em 1974, é Fernando Fragoso quem vai ter o duro desafio de enfrentar as óbvias transformações no interior do jornal, resultantes da mudança de regime político e do clima revolucionário vivido após o 25 de abril.

Breve panorama da Imprensa durante o Processo Revolucionário

É praticamente consensual na historiografia portuguesa a ideia de que entre 1974 e 1975 o setor da comunicação social viveu momentos de grande tensão, provocados por uma intensa luta pelo controlo das empresas jornalísticas, pelos conflitos que se sucederam no interior das empresas entre trabalhadores de correntes político-ideológicas distintas e ainda porque não raras vezes os média foram não só o palco privilegiado para os confrontos que existiram, como também atores políticos determinantes no processo revolucionário em cursoⁱ.

Efetivamente, a revolução de abril trouxe às redações dos jornais portugueses um momento inicial de euforia e de celebração pelo fim de uma ditadura que durara mais de quatro décadas. O Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) consagrava a liberdade de expressão e pensamento e abolia a censura prévia e outra qualquer forma de censura. Por isso, logo no dia 25, ainda sem certezas quanto à vitória do movimento militar, grande parte dos jornais não enviou provas à comissão de exame prévio. Todavia, as transformações nos *media* rapidamente dão lugar a um clima de tensão generalizado, assistindo-se a uma “reação dos trabalhadores da informação contra as pessoas que até aí ocupavam lugares de direção nos jornais”, em parte porque “alguns diretores, chefes de redação e administradores, após a abolição da censura, haviam assumido atitudes censórias, que suscitaram a natural repulsa das redações”, mas também devido ao facto de, em muitos desses casos, tratar-se de “pessoas comprometidas politicamente com o regime deposto”ⁱⁱ.

Seguiram-se momentos de intensa atividade jornalística, pois, como refere Mário Mesquita, “os partidos pronunciavam-se a toda a hora, acerca de tudo e todos” e os “militares, sob a capa do pseudo-apartidarismo revolucionário, emitiam opiniões entre si contraditórias” (1994: 362), proporcionando aos jornalistas abundante material para elaborarem seus artigos, embora sua complexidade e vastidão, aliada à falta de preparação, acabasse por dar origem a conteúdos que pouco serviam os leitores:

Os órgãos de informação assemelhavam-se, na fase inicial, a um puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão. A capacidade de análise e seleção era diminuta. Confundia-se o essencial com o acessório. A informação era servida «em bruto», mal digerida, tal como saída dos palácios governamentais, das sedes partidárias ou dos quartéis mais influenciados pelas doutrinas políticas (Mesquita, 1994: 363).

Paralelamente à saturação ideológica que marcava os *media* nacionais, são vários os projetos de legislação relativos ao setor que são elaborados neste período. Logo em junho de 1974 é publicado um decreto-lei nomeando uma comissão ad hoc, constituída por militares, para controlo dos *media*. A comissão acabaria por sancionar vários jornais nacionais e regionais até à aprovação da Lei de Imprensa, em fevereiro de 1975. No chamado «verão quente» de 1975 surgem ainda dois projetos de repressão administrativa: o «Projeto Jesuíno», pretendendo criar uma nova comissão de análise aos meios de comunicação social com poderes para aplicação de multas e pena de suspensão dos jornais, sem possibilidade de recurso, e a «Lei da Censura Militar», que vinha na mesma linha, mas restringia as sanções a aplicar a notícias de carácter militar. Ambos os projetos acabariam por nunca ser aplicados, sobretudo devido à capacidade de mobilização dos trabalhadores do setor, que se multiplicaram em iniciativas de contestação às duas propostas, criando um clima generalizado de repulsa às mesmas na opinião pública.

Fruto das grandes alterações que se verificaram a nível político-militar, no ano de 1975 vão ocorrer os principais casos que marcaram a revolução no que aos *media* diz respeito. Os acontecimentos relacionados com o *11 de março* de 1975ⁱⁱⁱ dão origem à institucionalização do MFA (é criado um novo organismo político-militar: o Conselho da Revolução^{iv}), significando uma viragem no processo revolucionário, que assim “conhece um enorme salto qualitativo traduzido também nas primeiras nacionalizações e na reestruturação do Governo Provisório” (Rezola, 2006: 127). Como consequência indireta da nacionalização da banca e dos seguros, grande parte dos jornais nacionais passam a pertencer ao domínio do Estado, acentuando-se a “influência e a manipulação partidária na Imprensa, designadamente por elementos afetos ao Partido Comunista Português [PCP] e a organizações da extrema-esquerda”^v. Todavia, sobretudo a partir de abril, o Partido Socialista (PS), fortalecido com a vitória nas eleições para a Assembleia Constituinte, ganhava maior destaque no processo revolucionário, assumindo-se como um claro “obstáculo à hegemonização da revolução por uma aliança entre o MFA e o Partido Comunista” (Reis, 1993: 44). A partir daí são vários os acontecimentos que implodem ou se agudizam, colocando em confronto os dois partidos – PCP e PS – e os trabalhadores de diferentes órgãos de comunicação social. Apenas alguns exemplos: o

conflito em torno do jornal *República* (que ganha uma dimensão internacional), o caso da *Rádio Renascença* e os saneamentos na estação de televisão RTP e no *Diário de Notícias*.

Em suma, vivia-se um momento político de grande efervescência e o setor dos *media* afigurava-se como fundamental para as forças em presença chegarem à opinião pública.

O *Diário de Notícias* e a agitação revolucionária

No imediato pós-revolução vivia-se, no *Diário de Notícias*, um misto de emoções. Como seria espectável, o facto do jornal ter estado fortemente ligado ao regime deposto, com trabalhadores ideologicamente próximos do mesmo e outros com um percurso de oposição à ditadura e claramente defensores da revolução (ainda que com diferenças político-ideológicas entre si), vai dar origem a um clima de permanente tensão no seu interior. Apesar disso, como conta José António Santos, a alegria perante o fim da ditadura imperou na redação: “Não escondo que nalguns rostos vi surpresa e desânimo, porque havia camaradas nossos de profissão que eram alinhados com o Estado Novo e perceberam que o sonho tinha ruído. Mas o grande sentimento na redação é de júbilo e de contentamento”^{vi}. Tanto que no próprio dia 25 de abril os textos do jornal já não foram submetidos ao crivo dos serviços de censura, embora, de acordo com o relato que a jornalista Manuela de Azevedo faz desse dia, não fosse esse o desejo do diretor:

João Coito [chefe de redação] estava de férias em Espanha. Fernando Frago, que subira de Secretário-Geral a Diretor do jornal fora chamado à pressa. As notícias multiplicavam-se desconcertantes. O Diretor do jornal ingenuamente insistia em que os textos fossem à Censura, mas Santos Jorge contradizia-o:

- Já não há Censura.

Pediam-me de todas as formas e em todas as fontes a confirmação de que as tropas estavam em plena cidade e que muitos esteios de governação estavam em debanda (2009: 207).

Seguiu-se um período em que os trabalhadores da Empresa Nacional de Publicidade (ENP), proprietária do *DN*, reclamaram o afastamento dos quadros dirigentes, acusando-os de serem “porta-estandartes do fascismo”. A 6 de junho, após várias tentativas de concretizar o seu objetivo, os trabalhadores fazem publicar um

longo relatório onde dão conta de um saneamento que pretendiam levar a cabo na empresa, justificando-o da seguinte forma:

Não podíamos nós mantermo-nos alheios aos movimentos que rapidamente se espalharam pelo País, consentindo que continuassem à frente do jornal «Diário de Notícias» - um dos poucos órgãos da imprensa em condições de vir a ser realmente livre, pois não está enfeudado a poderosos grupos financeiros privados – homens que foram símbolos da exploração e do obscurantismo característicos do poder odioso que oprimia a Nação^{vii}.

Esta atitude, tomada pelos trabalhadores do *DN*, acabou por ser o culminar de mais de um mês de tentativas frustradas de saneamento, como relata o então diretor-geral de informação, major Sanches Osório:

Este jornal, como se sabe, pertence ao Estado na sua grande maioria, desde há muitos anos, através de um esquema simples: a Caixa Geral de Depósitos (Estado) dominava a empresa “Portugal e Colónias” e esta, por sua vez, a Empresa Nacional de Publicidade, proprietária do “Diário de Notícias”. Portanto, aqui a situação era diferente: competiria ao Governo, por proposta do Ministro da Comunicação Social, fazer o saneamento da Direção e da Administração. Mas isso não se fez apesar daquela mesma Direção, algumas semanas antes, apoiar o Governo de Marcelo Caetano e estar agora a apoiar a Revolução. Era evidente que esse apoio não tinha a mínima honestidade e era perfeitamente indigno. Mas como o Ministro [da Comunicação Social] Raul Rêgo não fazia o saneamento, os trabalhadores entraram em greve, fecharam a Direção nos gabinetes e exigiram a sua expulsão (Osório, 1975: 55).

Foram então afastados Fernando Fragoso, diretor; João Coito, chefe de redação, e outros trabalhadores do quadro da empresa. Os administradores da ENP são também destituídos, exceto João Pires Dinis - administrador que representava os acionistas privados – assumindo ele próprio o cargo de diretor até se encontrar outra solução para o jornal. Todavia, muito embora a decisão de saneamento tenha sido apresentada como consensual entre os trabalhadores, houve quem não estivesse de acordo com a atitude, nomeadamente no que diz respeito à forma como o diretor foi afastado, como recorda Manuela de Azevedo:

Foi-me dolorosa a forma dramática como Fernando Fragoso foi expulso pela corrente comunista do jornal, sem que eu tivesse a coragem de assumir um papel humanitário. Na emergência, demitidos que foram os administradores e o diretor do jornal perguntaram-me os meus antigos dialogantes se não estaria disposta a assumir, ainda que temporariamente, a direção do jornal de momento à deriva do acontecimentos. Não aceitei (Azevedo, 2009: 208).

Também Fernando Pires, então subchefe de redação, questionou o afastamento do diretor, pois, segundo conta, Fragoso “era uma pessoa de fina educação, que tratava todos, jornalistas e tipógrafos, com cordialidade” (2012: 45). Porém, tendo em conta o

contexto político, a solução encontrada pelos trabalhadores parecia óbvia e estendia-se a praticamente todos os órgãos de Informação, com um objetivo comum: arredar das empresas jornalísticas as marcas do antigo regime e concretamente as suas políticas para o setor.

Ainda antes do mês de junho terminar, o ministro Raul Rêgo chama um grupo de jornalistas do *DN* ao seu gabinete propondo-lhes dois nomes para a direção do periódico: José Ribeiro dos Santos e José Carlos Vasconcelos^{viii}. Não houve oposição aos nomes sugeridos e a 25 de junho é nomeada a nova direção, de tendência socialista.

Ao inteirarem-se da realidade interna do jornal, os novos diretores rapidamente percebem ser necessário proceder-se a uma ampla remodelação do jornal. José Carlos Vasconcelos, que assumira o cargo de diretor adjunto, diz ter-se deparado com um “jornal velho, antiquado, sem ninguém para fazer jornalismo a sério. O jornalismo que o *DN* fazia era um jornalismo de agenda, officioso”^{ix}. Para tentar inverter esta situação, a direção optou por contratar novos redatores, entre os quais o novo chefe de redação, Manuel Silva Costa, que rapidamente introduziu uma nova dinâmica na redação:

Silva Costa estabeleceu um novo modelo de funcionamento da redação e distribuiu por todos os elementos da chefia uma listagem, manuscrita, mencionando as áreas e tarefas que lhes estavam confiadas, os períodos de trabalho, os dias de folga, e quem a quem substituiria nos dias de folga, assumindo as respetivas tarefas. Sempre discreto, aparentemente distante, manteve com os seus colaboradores diretos uma relação de camaradagem e de confiança – mas exigente (Pires, 2012: 58).

No primeiro editorial que assinaram em conjunto, os novos diretores fizeram questão de deixar claro que o *DN* ganhara uma “vida nova”, longe da “submissão incondicional ao poder instalado” pela qual era conhecido^x. Segundo o subchefe de redação, José Silva Lopes, também na redação, havia que moderar o clima tenso, resultante dos diferentes posicionamentos político-ideológicos dos jornalistas:

Era um ambiente resultante do turbulim revolucionário que tinha havido. Havia pessoas ainda muito ligadas ao antigo regime que estavam lá e as pessoas que entraram eram pessoas que vinham, digamos, com uma mentalidade ou um espírito próximo da revolução, não é que as pessoas fossem necessariamente revolucionárias, de punho erguido, nada disso. Mas tinham uma proximidade ideológica aos ideais da revolução de abril^{xi}

Se é verdade que as tensões existentes na redação consistiam alguma preocupação, a ação da direção viria a encontrar resistência sobretudo entre os trabalhadores não jornalistas, nomeadamente tipógrafos, que assumiam cada vez mais

protagonismo dentro do *DN*, nomeadamente exigindo que a sua opinião sobre os conteúdos das notícias a publicar fosse tida em conta.

Apesar de jornalistas, como José Simões Ilharco, defenderem que, com esta direção, o *DN* teve uma “apresentação digna e era pluralista”^{xii} foi exatamente como consequência do conteúdo de artigos nele publicados que os problemas no interior do jornal se agudizaram. O *DN* tentava dar destaque aos temas que marcavam a atualidade do país, o que, por vezes, gerava descontentamento sobretudo na classe de tipógrafos. Por isso, foram vários os episódios de conflito entre as portas do jornal, obrigando a direção a justificar-se e a dialogar com os trabalhadores para que os problemas não se avolumassem. A capacidade de diálogo do diretor adjunto parece ter sido determinante para manter a ordem, como refere José Silva Lopes: “Tinha uma certa capacidade, até como advogado, de dialética e era muitas vezes capaz de moderar alguns dos excessos que alguns quereriam pôr em prática”^{xiii}. Por vezes, também o conteúdo dos editoriais, intitulados *Sol a Sol*, da autoria da direção, não agradava aos tipógrafos, que “liam aquilo à lupa”, como conta José António Santos, acrescentando que, “por via do sentido orientador do *Sol a Sol*, começa-se a criar um ambiente de alguma reserva relativamente ao Ribeiro dos Santos”^{xiv}.

Os problemas internos vividos no *DN* acabariam por levar os diretores, em fevereiro de 1975, a pedir a demissão junto do ministro da comunicação social, que a recusou (Lemos, 2006). Porém, a radicalização do novo caminho político, decorrente dos acontecimentos de *11 de março*, acabaria por ter os seus reflexos no interior do *DN*, e a direção e administração são definitivamente afastadas. Acusando o diretor de ter escrito um editorial condenando as propostas, feitas em assembleia do MFA, de fuzilamento dos militares implicados no *11 de março*, um grupo de trabalhadores do *DN* reúne-se em plenário selvagem, decidindo retirar a confiança a Ribeiro dos Santos. O seu adjunto opta por ficar do seu lado e ambos pedem a demissão, saindo do jornal em fins de março.

Após a nomeação de uma nova administração, também os cargos de diretor e diretor-adjunto são preenchidos. Em abril assumem essas funções, respetivamente, Luís de Barros e José Saramago, ambas figuras próximas do Partido Comunista Português^{xv}. A luta pelo controlo dos *media* aumentava significativamente, com o PCP a conseguir neste domínio “importantes resultados, aproveitando muito bem a confusão criada nas

redações e, quando esta não é suficiente, jogando com o domínio dos sindicatos dos tipógrafos e outros trabalhadores para obter resultados” (Telo, 2008: 58). A este propósito, o testemunho do jornalista José Jorge Letria – que nessa altura ingressa no *DN*, saindo do jornal *República* - é particularmente elucidativo sobre a estratégia do partido em relação aos *media*:

O partido deu-nos uma orientação para sairmos dali [do *República*] e irmos reforçar posições que precisavam de ser reforçadas. Houve jornalistas que foram para o *Diário de Notícias*, outros foram para a ANOP, que também precisava de ser reforçada, e um ou dois foram para a RTP. Portanto, eu desde que tive essa orientação tive uma orientação também para ir falar com o Luís de Barros^{xvi}.

Com a nova direção abre-se um novo ciclo no *DN*, que será alvo de ferozes críticas, nomeadamente por parte do Partido Socialista. As manifestações contra o conteúdo das páginas do jornal decorriam à sua porta, gritando-se frases como “O *Diário de Notícias* é do Povo não é de Moscovo”. No entanto, os diretores estavam seguros quanto ao rumo pretendido para o jornal, como ficou bem claro nos seus discursos de tomada de posse. Na altura, José Saramago chegou mesmo a afirmar que o periódico passaria a ser “um instrumento nas mãos do povo português, para a construção do socialismo” e que quem não estivesse “empenhado neste projeto” seria melhor “abandonar o *Diário de Notícias*”^{xvii}. Estavam também em estudo alterações a implementar no funcionamento do jornal, sendo para isso designado um grupo de jornalistas ligado ao PCP (Pires, 2012).

Na redação vivia-se um “grande frenesim revolucionário”, com jornalistas a fazerem “dez e doze notícias por dia” e praticando um “jornalismo militante”, recorda José António Santos^{xviii}. As diferenças político-ideológicas dos redatores e restantes trabalhadores do *DN* eram óbvias, contribuindo para que o ambiente se deteriorasse, acompanhando o ritmo político do país. Por isso, segundo José David Lopes, era claro que “tal como as coisas se azedaram cá fora em termos políticos, também se começaram a azedar um bocadinho no *DN*”^{xix}. Já o seu colega Francisco Máximo vai mais longe, acusando as hierarquias superiores de prática de censura:

A preparação do *Diário de Notícias* para o PC tomar o poder era tal, o alinhamento era tal, que começou a ser um pouco deplorável a forma como a direção e as chefiam apelavam... Era a censura descarada, era a manipulação descarada, era a censura não só no ato, mas também na marcação de serviços, era condicionar toda a seleção...^{xx}.

Pouco tempo após a entrada em funções da dupla Barros/Saramago, e exatamente por estarem descontentes com o rumo que jornal tomara, um grupo de jornalistas decide unir-se e deixar o *DN* para fundar um novo semanário (*O Jornal*): “Havia a ideia de que seria com certeza possível fazer um jornal livre e democrático, coisa que, com a emergência do *11 de março*, e a consequente mudança de direção e tudo aquilo, tornou-se quase impossível [no *DN*]”, recorda José Silva Lopes^{xxi}.

Apesar das críticas apontadas à direção do periódico, o diretor-adjunto recusa terminantemente a ideia de que terão sido impostas ideologias político-partidárias aos trabalhadores:

Engana-se, ou engana, e tem interesse na difusão do engano, quem afirmar que impus convicções políticas minhas aos trabalhadores do jornal, ou que me servi deles como abonação de um tipo de esclarecimento e crítica política em que necessariamente nem todos poderiam convergir (Saramago, 1990: 192).

Ainda que as dúvidas persistam, em grande medida devido aos testemunhos contraditórios, a análise do discurso jornalístico do *DN* feita por João Figueira revela que o jornal foi um importante ator político neste período e que se manteve fiel à sua linha editorial. De tal forma que “o PCP, o MFA e o general Vasco Gonçalves foram, respetivamente, o partido, a instituição e a figura que mais vezes foram referidos nos títulos do jornal”, sendo essas referências feitas “sempre de forma elogiosa e com maior destaque e acesso ao espaço do jornal que os opositores ao conteúdo proposicional apresentado pelo jornal” (2007: 97). A juntar a este cenário, também os editoriais da responsabilidade da direção, intitulados *Apontamentos*, causavam polémica dentro e fora do *DN* devido às posições políticas neles defendidas.

Ainda no verão de 1975, mais propriamente em agosto, o *DN* viveu aquele que foi o caso que mais polémica suscitou envolvendo o seu nome. Um grupo de trinta jornalistas resolve divulgar um documento no qual questiona a orientação do periódico, dando origem a três conturbados plenários de trabalhadores, que, após discussão do caso, culminaram no saneamento, à margem das leis, de vinte e dois desses jornalistas. Para este desfecho, muito contribuíram as tomadas de posição do diretor-adjunto (José Saramago), de elementos da tipografia e da comissão de trabalhadores, estes últimos, à semelhança do que acontecera durante a permanência da direção anterior, assumiam elevada influência no *DN*. O próprio diretor, Luís de Barros, defende que este poder era

“excessivo” mas “dificilmente se poderia combater”, dada a organização dos seus elementos^{xxii}.

O «Caso dos 24», como ficara conhecido (aos vinte e dois jornalistas juntaram-se mais dois, que, tendo feito parte do grupo inicial, não foram saneados) tornou-se rapidamente um caso político, originando tomadas de posição por parte do Sindicato dos Jornalistas, de deputados na Assembleia Constituinte e de partidos políticos, defendendo os redatores afastados do seu posto de trabalho. Em paralelo, assistiu-se a uma autêntica “guerra de comunicados” entre os vários elementos envolvidos num processo que acabou por contribuir para uma discussão mais ampla sobre a liberdade de Imprensa em Portugal.

Para fazer face à redução de jornalistas provocada pelos saneamentos^{xxiii}, ingressaram no *DN* novos redatores, entre os quais Daniel Ricardo, que, saído d’*A Capital*, assume a chefia de redação. Apesar do esforço de reestruturação do *DN*, que incluía também um projeto de renovação gráfica, a direção não aguentaria muito tempo à frente do velho jornal da Avenida da Liberdade. Os acontecimentos de 25 de novembro^{xxiv} vêm alterar novamente a situação da Imprensa nacional e os jornais da região de Lisboa são suspensos temporariamente (na sequência da declaração de estado de sítio na área da Região Militar de Lisboa). São também demitidos todos os membros das administrações e direções dos jornais estatizados. Naturalmente, o *DN* não foi exceção, vendo assim a sua direção mais uma vez afastada, ainda que, segundo lembra Daniel Ricardo, os jornalistas continuassem a trabalhar sem saber muito bem o que lhes iria acontecer:

Nós continuámos a trabalhar, a recolher informações, etc. Se tivéssemos que sair com o jornal de um dia para o outro, nós estávamos preparados para isso. Estava suspenso, não podia sair. Se viesse a ordem de levantamento de suspensão nós púnhamos o jornal na rua nesse mesmo dia^{xxv}.

Já em dezembro, é anunciada a suspensão de mais doze jornalistas, para que a nova direção – a ser nomeada nesse mês - pudesse “fazer publicar um jornal independente e pluralista”^{xxvi}. O *Diário de Notícias* voltava a estar no centro da polémica, com os jornalistas suspensos a contestarem a medida, enquanto a indefinição sobre o futuro do jornal se mantinha. Em suma, o Processo Revolucionário tinha terminado mas o ambiente no *DN* parecia estar longe de tranquilizar, adivinhando-se

novas polémicas, sobretudo se tivermos em conta a veia contestatária dos seus trabalhadores.

Considerações finais

De forma sintética, podemos dizer que, apesar da revolução de abril ter abolido os mecanismos de censura que vigoravam no regime deposto, nos meses seguintes assistimos a uma luta constante - sobretudo por parte dos trabalhadores do setor e dos partidos políticos – pela conquista de poder no interior dos jornais, dando a origem a múltiplos episódios que marcaram o processo revolucionário e contribuíram para acentuar o seu clima de constante instabilidade. O que aconteceu no *Diário de Notícias* é particularmente elucidativo dessa realidade, verificando-se, entre 1974 e 1975, uma tensão permanente entre fações de trabalhadores com posicionamentos político-ideológicos opostos, ao mesmo tempo que se avolumavam as críticas relacionadas com o controlo político-partidário sobre o jornal. Em suma, apesar das diferentes prioridades das duas direções do *DN* – enquanto Ribeiro dos Santos/Vasconcelos tinham como principal objetivo afastar da redação o fantasma do antigo regime e de um jornalismo oficioso, a dupla Barros/Saramago pretendia inculcar a prática de um jornalismo ao serviço da revolução e do MFA – ambas tiveram uma grande dificuldade em estabilizar o clima de um jornal que foi, ele próprio, um ator relevante no conturbado processo revolucionário português.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, M. **Memória de uma Mulher de Letras**. Porto: MNI/Afrontamento, 2009.
- BAPTISTA, C. **Apogeu, Morte e Ressureição da Política nos Jornais Portugueses**. Do Século XIX ao Marcelino. Lisboa: Editora Escritório, 2012.
- CABRERA, A. **Marcello Caetano: Poder e Imprensa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- LEMOS, M. **Jornais Diários Portugueses do Século XX**. Um Dicionário. Coimbra: Ariadne Editora, 2006.
- MESQUITA, M. Os Meios de Comunicação Social. In: REIS, A. (Coord.). **Portugal, 20 anos de Democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 360-405, 1994.
- OSÓRIO, S. **O Equívoco do 25 de Abril**. Lisboa: Intervenção, 1975.
- PIRES, F. **Os meus 50 anos no Diário de Notícias**. Lisboa: JM Edições/Casa da Imprensa, 2012.
- REIS, A. A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização. In: REIS, A. (Dir.). **Portugal Contemporâneo**, vol.6. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 13-62, 1993.
- REZOLA, M. I. **Os Militares na Revolução de Abril**. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976). Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.
- SARAMAGO, J. **Os Apontamentos**. Lisboa: Caminho, 1990.
- SCHUDSON, M. **Discovering the News**. A Social History of American Newspapers. New York: Basic Books, 1978.
- SOUSA, J. P. Eduardo Coelho, um inovador no jornalismo português oitocentista – o caso do *Diário de Notícias*. In: CABRERA, A. (Org.). **Jornais, Jornalistas e Jornalismo (Séculos XIX e XX)**. Lisboa: Livros Horizonte, p. 53-83, 2011.
- TELO, A. J. **História Contemporânea de Portugal**. Do 25 de Abril à atualidade, Vol. I. Lisboa: Presença, 2008.

- i Cf., por exemplo, José Medeiros Ferreira “Portugal em Transe”. In MATTOSO, José (dir.) **História de Portugal**, vol. 8. Lisboa: Círculos de Leitores, 1993; António Reis “A Revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o Processo de Democratização.” In: REIS, A. (Dir.). **Portugal Contemporâneo**, vol.6. Lisboa: Publicações Alfa, p. 13-62, 1993 e Maria Inácia Rezola **Os Militares na Revolução de Abril**. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976). Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.
- ii Relatório do Conselho de Imprensa. **A Imprensa escrita em Portugal (Abril de 1974 a Julho de 1975)**. Lisboa: Edição do Conselho de Imprensa, 1979, p. 15.
- iii Tratou-se de uma tentativa falhada de golpe de Estado, desencadeada pelo ex-Presidente da República, general António de Spínola.
- iv Sobre o debate em torno da constituição e competências do Conselho da Revolução, Cf. Maria Inácia Rezola. **Os Militares na Revolução de Abril**. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976). Lisboa: Campo da Comunicação, 2006, pp. 135-151.
- v Relatório do Conselho de Imprensa. **A Imprensa escrita em Portugal (Abril de 1974 a Julho de 1975)**. Lisboa: Edição do Conselho de Imprensa, 1979, p. 43.
- vi Entrevista com José António Santos, Lisboa, 2012.
- vii Cf. Relatório de Sancamento Interno em *Diário de Notícias*, 6 de Junho de 1974, pp. 1-2.
- viii José Ribeiro dos Santos havia sido chefe de redação do *República* e do *Diário de Lisboa*; José Carlos Vasconcelos, advogado, tinha também integrado a redação do *Diário de Lisboa*.
- ix Entrevista com José Carlos Vasconcelos, Lisboa, 2012.
- x *Diário de Notícias*, 25 de Junho de 1974, p. 1.
- xi Entrevista com José Silva Lopes, Lisboa, 2012.
- xii Entrevista com José Simões Ilharco, Lisboa, 2012.
- xiii Entrevista com José Silva Lopes, Lisboa, 2012.
- xiv Entrevista com José António Santos, Lisboa, 2012.
- xv Luís de Barros tinha sido Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Subchefe de redação do *Expresso* e Subsecretário de Estado da Comunicação Social nos II e III Governos Provisórios; José Saramago, escritor, tinha colaborado no *Diário de Lisboa* e, como assessor, no Ministério da Comunicação Social.
- xvi Entrevista com José Jorge Letria, Lisboa, 2011.
- xvii *Diário de Notícias*, 10 de Abril de 1975, p. 2.
- xviii Entrevista com José António Santos, Lisboa, 2012.
- xix Entrevista com José David Lopes, Lisboa, 2011.
- xx Entrevista com Francisco Máximo, Lisboa, 2011.
- xxi Entrevista com José Silva Lopes, Lisboa, 2012.
- xxii Entrevista com Luís de Barros, Lisboa, 2011.
- xxiii Embora o «Caso dos 24» tenha sido o mais mediático, outros jornalistas foram afastados durante a direção Barros/Saramago, ainda que as razões apresentadas para o afastamento tenham sido variadas.
- xxiv Apesar das dúvidas que subsistem quanto aos seus contornos, os acontecimentos de 25 de novembro significam o final do processo revolucionário, marcando o início de um novo momento político: o da institucionalização da democracia em Portugal. Sobre o *DN* no pós-25 de Novembro, Cf. Pedro Marques Gomes. O *Diário de Notícias* e o 25 de Novembro de 1975: um momento de mudanças. **Comunicação Pública, Revista Multidisciplinar de Comunicação**, Nº 11, Vol. 7., Lisboa: ESCS, p. 23-40, 2012.
- xxv Entrevista com Daniel Ricardo, Lisboa, 2011.
- xxvi Ordem de serviço Nº ADM. 1/75, ENP.

Este artigo e todo o conteúdo da **Estudos em Jornalismo e Mídia** estão disponíveis em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/index>

Estudos em Jornalismo e Mídia está sob a [Licença Creative Commons](#).